

Despacho: Concordo e homologo o presente programa do procedimento

A Presidente da Associação Interuniversitária Campus Sul
(assinatura eletrónica)

Programa do Procedimento

Procedimento n.º CS001/2025

**Aquisição de um sistema Modular de Produção, Armazenamento e
Conversão de Hidrogénio**

Índice

CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Artigo 1º	Objeto do concurso.....	3
Artigo 2º	Divisão por lotes.....	Erro! Marcador não definido.
Artigo 3º	Entidade Pública adjudicante.....	3
Artigo 4º	Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 5º	Fundamento da escolha do procedimento.....	3
Artigo 6º	Impedimentos	4
Artigo 7º	Agrupamentos.....	4
CAPÍTULO II	PROPOSTAS.....	4
Artigo 8º	Disponibilização e acesso ao procedimento.....	4
Artigo 9º	Esclarecimentos e Retificações e Alterações das Peças do Procedimento	4
Artigo 10º	Documentos que constituem a proposta	6
Artigo 11º	Prazo e modo de apresentação da proposta.....	7
Artigo 12º	Idioma dos documentos da proposta	8
Artigo 13º	Prazo de manutenção das propostas.....	8
Artigo 14º	Apresentação de propostas variantes	8
Artigo 15º	Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	8
Artigo 16º	Critério de adjudicação.....	8
Artigo 17º	Preço Base.....	10
Artigo 18º	Preço ou custo anormalmente baixo.....	11
Artigo 19º	Análise das propostas.....	11
Artigo 20º	Consultores e estudos de apoio à decisão.....	11
Artigo 21º	Esclarecimentos e suprimento de propostas.....	12
Artigo 22º	Leilão eletrônico.....	12
Artigo 23º	Relatório preliminar.....	12
Artigo 24º	Audiência prévia	13
Artigo 25º	Relatório final.....	13
CAPÍTULO III	ADJUDICAÇÃO.....	13
Artigo 26º	Notificação da decisão de adjudicação.....	13
Artigo 27º	Causas de não adjudicação	14
CAPÍTULO IV	CONTRATO, HABILITAÇÃO E CAUÇÃO.....	14
Artigo 28º	Redução do contrato a escrito	14
Artigo 29º	Aprovação e notificação da minuta de contrato	14
Artigo 30º	Aceitação da minuta de contrato.....	14
Artigo 31º	Documentos de habilitação.....	15
Artigo 32º	Idioma dos documentos de habilitação	16
Artigo 33º	Cumprimento das obrigações legais e contratuais.....	16
Artigo 34º	Valor da Caução.....	17
Artigo 35º	Modo de Prestação da Caução.....	Erro! Marcador não definido.
Artigo 36º	Outorga do contrato.....	17
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
Artigo 37º	Dever de colaboração.....	17
Artigo 38º	Prazos.....	17
Artigo 39º	Encargos contratuais.....	18
Artigo 40º	Legislação Aplicável.....	18
CAPÍTULO VII	ANEXOS.....	19

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1º Objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de um sistema modular de produção, armazenamento e conversão de hidrogénio, a instalar na Ilha da Culatra, em conformidade com as especificações técnicas do respetivo Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

Artigo 2º Entidade Pública adjudicante

1. A entidade pública adjudicante denomina-se Campus Sul – Associação Interuniversitária do Sul, com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 516420437, com sede em Largo dos Colegiais, n.º 2 – 7000-803 Évora.
2. Para efeitos do presente procedimento a morada a considerar será Largo Nossa Sra. da Natividade, 7000-810 Évora, onde se encontram os Serviços Administrativos da Universidade de Évora (sócia fundadora da Associação Campus Sul)
3. Os demais dados referentes à entidade pública adjudicante podem ser consultados na sua página eletrónica disponível em www.campussul.pt
4. O endereço de correio eletrónico privilegiado para qualquer contacto referente ao presente procedimento é o endereço da Associação Campus Sul: campus.sul.pt@gmail.com

Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada pela Direção da Campus Sul – Associação Interuniversitária do Sul, sendo assinada nos termos estatutários pela sua Presidente, Prof.ª Doutora Ana Fialho, nos termos do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4º Fundamento da escolha do procedimento

Face ao valor do procedimento adotou-se o procedimento de concurso público com publicidade internacional, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Artigo 5º Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6º Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

Capítulo II Propostas

Artigo 7º Disponibilização e acesso ao procedimento

1. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, acessível através do endereço mencionado no n.º 2 do Artigo 1º do presente programa do procedimento, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta, na morada indicada no n.º 2 do Artigo 3º, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas, todos os dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Artigo 8º Esclarecimentos e Retificações e Alterações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 2 do Artigo 1º do presente programa do procedimento.
2. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica, ao órgão competente para a decisão de

contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Excetua-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
 4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
 5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
 6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.
 7. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
 8. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
 9. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
 10. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9º Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (ESPD – European Single Procurement Document) em substituição da declaração do Anexo I do CCP. O referido documento encontra-se disponível para preenchimento no seguinte link <https://ec.europa.eu/tools/espd>
 - b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o Modelo 02 deste Programa de Procedimento;
 - c) Documentos que contenham os atributos da proposta submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, nomeadamente a descrição da solução técnica proposta, o plano de implementação e calendarização, a composição e experiência da equipa técnica afeta ao contrato, as condições de acompanhamento local da instalação, o período de garantia, as condições de assistência técnica (remota e presencial) e respetivos prazos de resposta, bem como o plano de manutenção preventiva.
 - d) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o concorrente se vincula;
 - e) O concorrente deverá também apresentar, se aplicável, documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
 - f) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
2. Deverá também, junto à proposta, ser remetida a certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, para confronto dos poderes de representação.
3. Os preços constantes da proposta são indicados em euros, **com duas casas decimais** e não incluem o IVA.
4. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 10º Prazo e modo de apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma mencionada no n.º 2 do Artigo 1º do presente programa do procedimento, até às **23:59 horas do 30.º dia** contado da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A proposta e todos os documentos que lhe associarem, designadamente, a declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do Artigo 10º do presente programa do procedimento devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, é obrigatória a aposição da assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.
5. Se declaração indicada na alínea a) do n.º 1 do Artigo 10º do presente programa de procedimento for assinada por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
6. Quando a declaração referida no número anterior for assinada por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.
7. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem anexar-se à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
8. O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 11º Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.
2. Os documentos que constituem a proposta referidos nas alíneas b) e c) do artigo 57.º do CCP podem ser redigidos em língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, nomeadamente em Inglês e Espanhol.

Artigo 12º Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos previstos no artigo 65.º do CCP.

Artigo 13º Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes, através da plataforma mencionada no n.º 2 do Artigo 1º do presente programa do procedimento.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 15º Critérios de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta os seguintes fatores com a seguinte ponderação:
 - a) P: Preço – 40%
 - b) AT : Avaliação técnica da proposta – 40%;
 - c) AA: Acompanhamento e assistência pós-venda – 20%.

$$\text{Total} = (0.40 * P) + (0.40 * AT) + (0.20 * AA)$$

a) **Preço (P)**

A pontuação do fator preço (P) será atribuída através da fórmula:

$$P = (P_{base} / P_{prop}) * 100 \text{ em que:}$$

“Pbase” corresponde ao preço mais baixo entre todas as propostas admitidas; “Pprop” corresponde ao preço da proposta em análise. A pontuação máxima atribuída é de 100 pontos, ponderada por 0,40.

b) **Avaliação Técnica (AT)**

A pontuação será atribuída com base na análise de proposta técnica e dos documentos entregues, de acordo com os seguintes subcritérios:

Subcritério	Pontuação Máxima
Qualidade técnica da proposta	50 pts
Plano de implementação e calendarização	25 pts
Composição e experiência da equipa técnica	25 pts

A pontuação máxima atribuída é de 100 pontos, ponderada por 0,40.

c) **Acompanhamento Técnico e Assistência Pós-venda (AA)**

A pontuação será atribuída com base nos seguintes subcritérios:

Subcritério	Pontuação Máxima
Acompanhamento local da instalação	20 pts
Proposta de formação técnica local	20 pts
Assistência técnica (remota e presencial)	10 pts
Tempo de resposta para intervenção técnica presencial	15 pts
Plano de manutenção preventiva	20 pts
Condições adicionais para além dos requisitos mínimos	15 pts

A pontuação máxima atribuída é de 100 pontos, ponderada por 0,20.

2. Em caso de empate entre uma ou mais propostas, serão classificadas em função da pontuação que cada uma delas obtiver no fator com maior ponderação;
3. Mantendo-se ainda o empate, repetir-se-á sucessivamente aquele procedimento de desempate, sempre por ordem decrescente de ponderação dos fatores do critério, recorrendo, se necessário, aos subfactores, se aplicáveis;
4. Esgotadas todas as demais possibilidades previstas no programa de concurso, será aplicado o sorteio presencial, de acordo com as regras abaixo enunciadas:

- a) Todos os interessados serão notificados da data, hora e local do sorteio;
- b) Participam do sorteio no mínimo três elementos do júri com disponibilidade para o ato, bem assim como os representantes dos concorrentes igualmente disponíveis, credenciados para efeitos da sua identificação;
- c) Podem ainda participar no sorteio os demais interessados no procedimento, desde que devidamente credenciados;
- d) O resultado do sorteio constará do relatório preliminar, no qual serão igualmente identificados os representantes dos concorrentes presentes e os demais interessados que comparecerem ao sorteio;
- e) A presença por parte dos representantes dos concorrentes não é obrigatória, pelo que a sua não comparência não impede a sua integração na realização do sorteio;
- f) O sorteio obedece à seguinte metodologia:
 - i) A designação de cada concorrente empastado é escrita em papel branco, posteriormente dobrado em quatro ou mais partes e colocado em recipiente opaco, fechado, suficientemente resistente e amplo;
 - ii) Os procedimentos descritos na alínea anterior serão realizados por um dos elementos do Júri e processar-se-ão na presença de todos os participantes no sorteio;
 - iii) Posteriormente, o Presidente do Júri, ou, na sua ausência, um dos vogais presentes, preferencialmente um vogal efetivo, deverá agitar o recipiente atrás referido e proceder à retirada individual dos papéis com a designação dos concorrentes;
 - iv) A ordenação dos concorrentes corresponderá à ordem de retirada dos referidos papéis;
 - v) O sorteio é dado por encerrado com a leitura da ordenação das propostas por parte do Presidente do Júri, ou, na sua ausência, por um dos vogais presentes, preferencialmente um vogal efetivo.

Artigo 16º Preço Base

1. O preço base do procedimento encontra-se expresso no caderno de encargos, nos termos do artigo 47.º do CCP, sendo o seu valor de **252.032,52€ (duzentose cinquenta e dois mil e trinta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Nos termos do disposto no Artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar informal ao mercado, com vista à fixação do preço base. A informação pertinente resultante dessa consulta poderá ser disponibilizada, caso seja requerida, apenas após o termo do prazo de apresentação das propostas e será apresentada de forma anónima.

Artigo 17º Preço ou custo anormalmente baixo

Para efeitos do disposto no Artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, considera-se anormalmente baixo o preço da proposta que seja inferior a 50% do preço base fixado no presente procedimento.

Caso seja apresentada uma proposta com preço inferior a este limiar, o concorrente será notificado a apresentar, no prazo de cinco dias úteis, uma justificação adequada e fundamentada do preço apresentado. Na ausência de justificação, ou se esta for considerada insuficiente, a proposta será excluída.

Artigo 18º Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o ponto 1 do Artigo 11º do presente programa de procedimento;
 - b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no n.º 1 do Artigo 10º do presente programa de procedimento;
 - c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - e) Que nas variáveis de avaliação qualitativas não tenham os critérios mínimos definidos;
 - f) Que apresentem um preço manifestamente desproporcionado em relação ao objeto do contrato, sem que tal se encontre devidamente justificado;
 - g) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
 - h) A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - i) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - k) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, salvo os documentos referidos nas alíneas b) e c) do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os quais podem ser apresentados em língua inglesa ou espanhola, nos termos do artigo 58.º do mesmo Código.
 - l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19º Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

Artigo 20º Esclarecimentos e suprimimento de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos formulados pelo júri, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 21º Leilão eletrónico

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 22º Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido de acordo com o Artigo 16º do presente programa de procedimento.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados nos termos do

disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 23º Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia -o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, de cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso a todas as informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 24º Relatório final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Capítulo III Adjudicação

Artigo 25º Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 31º deste programa do procedimento;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos Artigo 33º a Artigo 35º deste programa do procedimento;

- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato;
- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 26º Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Capítulo IV Contrato, Habilitação e Caução

Artigo 27º Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas.

Artigo 28º Aprovação e notificação da minuta de contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 26º do presente programa.

Artigo 29º Aceitação da minuta de contrato

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 30º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, **no prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme Modelo 03 anexo ao presente programa do procedimento, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP:
 - i) Certificado de registo criminal em nome da pessoa singular ou pessoa coletiva, conforme aplicável;
 - ii) Certificado de registo criminal (ou similar quando concorrente estrangeiro) de todos os proprietários, administradores ou gerentes, conforme certidão permanente, quando o adjudicatário é pessoa coletiva;
 - iii) Certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira (ou similar quando concorrente estrangeiro);
 - iv) Certidão de não dívida à Segurança Social (ou similar quando concorrente estrangeiro).
 - c) Demais documentos que o adjudicatário considere relevantes.
 - d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no Artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no Artigo 87.º-A do CCP;
 - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. Os fornecedores que apresentarem o seu registo no PNFE – Portal Nacional de Fornecedores do Estado ficam dispensados de fazer prova de idoneidade e da regularidade da situação tributária e contributiva.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos na alínea anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica mencionada no n.º 2 do Artigo 1º do presente programa do procedimento; no caso da

plataforma eletrônica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrônico indicado no n.º 4 do Artigo 3º do presente programa do procedimento.

5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um **prazo adicional de 3 dias úteis** destinado ao seu suprimento.
6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
7. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 31º Idioma dos documentos de habilitação

Os documentos de habilitação devem ser redigidos em **língua portuguesa ou língua inglesa** ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais. Ou quando não for possível apresentar uma tradução legalizada deverá o adjudicatário submeter uma declaração nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 32º Cumprimento das obrigações legais e contratuais

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume essa celebração, no presente procedimento é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução.
2. Pode não ser exigida a prestação de caução quando:
 - a) O preço contratual for inferior a 500.000,00€;
 - b) O adjudicatário seja uma entidade prevista nos Artigos 2.º ou 7.º do Código dos Contratos Públicos; ou
 - c) Se trate dos contratos previstos na alínea c) do n.º 1 do Artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos, ainda que exista contrato escrito.

3. Quando, em conformidade com o previsto no número anterior, não tenha sido exigida a prestação da caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.
4. Não é exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro de execução do contrato a celebrar, emitido pela entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Artigo 33º Valor da Caução

Não é exigida caução no presente procedimento.

Artigo 34º Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes:
 - a) Apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do Artigo 77.º do CCP;
 - c) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 90.º do CCP, quando aplicável.

Capítulo V Disposições finais

Artigo 35º Dever de colaboração

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. A entidade adjudicante pode solicitar por escrito aos concorrentes, quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
3. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

Artigo 36º Prazos

A contagem dos prazos nas fases de formação e de execução do contrato, regem-se segundo o disposto nos Artigos 470.º e 471.º do CCP, respetivamente.

Artigo 37º Encargos contratuais

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente concurso e do adjudicatário relativas à celebração do contrato.

Artigo 38º Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

Capítulo VII ANEXOS

Modelo 01 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]
– Anexo I ao CCP.

Modelo 02 – Modelo de Proposta de Preço.

Modelo 03 – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]
– Anexo II ao CCP.

NOTA: estes anexos, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.